

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

entre

NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
como Emissora,



C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
como Garantidora

Datado de
28 de maio de 2014



Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550



Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO..... | 3 |
| CLÁUSULA II REQUISITOS..... | 3 |
| CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO..... | 5 |
| CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES..... | 8 |
| CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA..... | 14 |
| CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA..... | 14 |
| CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO..... | 15 |
| CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA..... | 22 |
| CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO..... | 25 |
| CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS..... | 33 |
| CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA..... | 35 |
| CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 36 |


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Estado do Rio Grande do Norte, cidade de São Miguel do Gostoso, na Fazenda Boa Esperança, Estrada da Umburana, Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 12.802.855/0001-15, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 270, cj. 601, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.016.270/0001-55, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) objeto da presente emissão, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

e, ainda, como interveniente garantidora,


COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Coronel Dulcídio, nº 800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Garantidora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em reunião realizada em 14 de maio de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorizações da Garantidora

1.2.1. A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base nas deliberações do Conselho de Administração da Garantidora em reunião realizada em 22 de maio de 2014 ("RCA da Garantidora").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro pela Comissão de Valores Mobiliários e Registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata de AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (“JUCERN”), e será devidamente publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e “Jornal de Hoje” (“Jornais de Publicação”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata de RCA da Garantidora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”), e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal “Gazeta do Povo”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento na Junta Comercial da Escritura

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERN, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis após a data do referido arquivamento, 1 (uma) cópia digitalizada da Escritura e de seus eventuais aditamentos registrados, sendo certo que, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após a data do referido arquivamento, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura e de seus eventuais aditamentos registrados.

2.4. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures serão utilizados para o resgate das notas promissórias, objeto da primeira emissão de notas promissórias da Companhia, e investimento nos parques eólicos da Companhia.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 4º da Instrução CVM 476, observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 32550

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

3.5.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.6. Serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora.

3.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

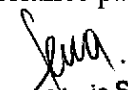
3.5.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.


3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, e o escriturador mandatário da Oferta Restrita será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de banco liquidante e de escriturador mandatário previstos nesta Escritura).

3.7. Objeto Social da Emissora

3.7.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica ou de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica CGE ASA BRANCA I, na forma permitida em lei mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (b) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (c) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

3.8. Garantia Fidejussória

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures, a Garantidora presta garantia fidejussória, em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

3.8.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios, bem como dos encargos moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido").

3.8.2.1. As obrigações da Garantidora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.8.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 3 (três) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

3.8.3.1. O pagamento citado na Cláusula 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

3.8.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra, a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada.

3.8.6. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Garantidora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.8.10. Em virtude da Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ("Cartórios de RTD"), em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura, sendo certo que a obtenção do registro nos Cartórios de RTD, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura desta Escritura. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma cópia digitalizada desta Escritura, sendo certo que, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após o registro desta Escritura nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES


4.1. Características Básicas

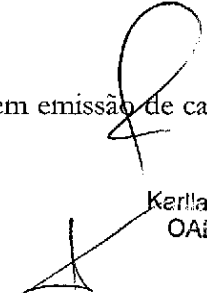
4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.


Paulo Sérgio Sena
OAB/RJ 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 10 de junho de 2015 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 5.300 (cinco mil e trezentas) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *extragrupo*, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano ("Juros Remuneratórios"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento (ou na data do resgate antecipado das Debêntures ou ainda na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura).

4.2.2.1. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures (ou na data do resgate antecipado das Debêntures ou ainda na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura).

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da remuneração das Debêntures devido na Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod (1 + \text{T DI}_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do Fator DI, sendo " n " um número inteiro;

T DI_k = Taxa DI-Over, de ordem " k ", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$$\text{T DI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$\text{spread} = 0,9000$;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $[1 + \text{T DI}_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + \text{T DI}_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.3. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na

apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.4, 4.2.2.5 e 4.2.2.6 abaixo.


4.2.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, aplicar-se-á no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias. Caso não haja possibilidade de aplicação da taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar da data do término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, em comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.


4.2.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures (ou na data do resgate antecipado das Debêntures ou ainda na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura).


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures (ou na data do resgate antecipado das Debêntures ou ainda na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, conforme o caso, e que não seja sábado ou domingo.

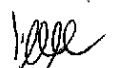
4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, sem qualquer acréscimo, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição, conforme definido no item 4.9.1. acima.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal "Jornal de Hoje", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<http://www.copel.com/hpcopel/ri/comunicados.jsp> e/ou <http://www.copel.com/hpcopel/ri/balancos.jsp>) ("Avisos aos Debenturistas"), imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, bem como informá-lo, tempestivamente, acerca de qualquer alteração dos jornais de publicação após a Data de Emissão.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções

dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos pagamentos dos valores devidos a tal Debenturista.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Não será atribuída classificação de risco às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCERN e nos Cartórios de RTD

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCERN e nos Cartórios de RTD.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1 A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, desde que o pagamento do referido resgate seja realizado exclusivamente com os recursos captados por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), a qual também deverá ser enviada ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”), sem o acréscimo de qualquer prêmio.

6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.2.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.2.4. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures pela Emissora.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.3.1 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

6.1.4. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação caso algum dos titulares das Debêntures em Circulação deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures em Circulação eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos, a exclusivo critério da Emissora, serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

6.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, e demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta

Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado, (i) pela Emissora, (ii) pela Garantidora, (iii) por quaisquer controladas, diretas ou indiretas, da Garantidora (exceto a Emissora), cuja receita operacional líquida represente, isolada ou conjuntamente, valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida total da Garantidora, calculada de forma consolidada (“Controladas Relevantes”) e/ou (iv) por quaisquer terceiros legalmente habilitados à propositura de referido pedido contra a Emissora e/ou a Garantidora e/ou as Controladas Relevantes, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (b) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou qualquer evento análogo, da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes;
- (c) não pagamento, pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures na Data de Vencimento;
- (d) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura não sanado em até 10 (dez) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (e) cisão, fusão, incorporação, inclusive de ações, liquidação, dissolução ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que implique na alteração da composição acionária ou modificação do controle acionário efetivo, direto ou indireto, da Emissora, sem anuência prévia dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (f) sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, realização de cisão, incorporação ou fusão da Garantidora, bem como venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária ou operação que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, direto ou indireto, da Garantidora, das Controladas Relevantes, da Copel Geração e Transmissão S.A., da Copel Telecomunicações S.A. e/ou da Copel Distribuição S.A.;
- (g) transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (h) transferência de controle acionário, direto ou indireto, da Garantidora, da Copel Geração e Transmissão S.A., da Copel Telecomunicações S.A., da Copel Distribuição S.A. e/ou das Controladas Relevantes sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22530

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

(i) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (ii) se o protesto for cancelado ou sustado, em qualquer dessas duas hipóteses, dentro do prazo legal;

(j) protestos de títulos contra a Garantidora ou contra qualquer de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Garantidora ou pelas respectivas sociedades controladas, ou (ii) se o protesto for cancelado ou sustado, em qualquer dessas duas hipóteses, dentro do prazo legal;

(k) não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;

(l) não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Garantidora e/ou de qualquer de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;

(m) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;

(n) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;

(o) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;

(p) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;

(q) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexistência de qualquer documento referente à Emissão;

(r) alteração do Estatuto Social da Emissora que implique na concessão do direito de retirada dos acionistas da Emissora;

(s) redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora, sem aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e/ou alteração do Estatuto Social da Garantidora que implique a concessão do

direito de retirada dos seus acionistas;

(t) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios estipulados por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso (i) a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; ou (ii) os Índices Financeiros não sejam atendidos;

(u) transformação do tipo societário da Emissora ou da Garantidora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(v) caso qualquer das declarações ou garantias feitas pela Emissora ou pela Garantidora, no âmbito da Emissão, provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, enganosas, inconsistentes e/ou insuficientes;

(w) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás, concessões e licenças necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora;

(x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das atividades da Garantidora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Garantidora que não causem, na Garantidora, um impacto adverso relevante para suas atividades (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem), ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");

(y) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações representativas do capital social da Emissora e/ou da Garantidora;

(z) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora ou da Garantidora, resultando em um Impacto Adverso Relevante;

(aa) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora ou pela Garantidora, de suas respectivas obrigações assumidas no âmbito desta Emissão;

(bb) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se feita (i) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (ii) no curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Garantidora; e, em ambos os casos, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora e/ou da Garantidora não comprometa o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou da Garantidora com relação aos Debenturistas e às Debêntures;

(cc) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto

aquela cuja preferência decorra de determinação legal;

(dd) descumprimento por parte da Emissora, da Garantidora, de qualquer das subsidiárias integrais ou qualquer das controladas, diretas ou indiretas, da Garantidora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, que não tenham sido sanadas no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data do referido descumprimento pela Emissora, pela Garantidora, pelas subsidiárias integrais ou por qualquer das controladas, diretas ou indiretas, da Garantidora;

(ee) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da respectiva notificação e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora;

(ff) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, que altere suas áreas de atuação, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais vigentes na Data de Emissão;

(gg) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora ou da Garantidora, desde que em dimensões que dificulte ou impossibilite o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou da Garantidora em relação às Debêntures;

(hh) Emissões de títulos e valores mobiliários pela Emissora e/ou pela Garantidora sem a observância do previsto na legislação aplicável à matéria;

(ii) extinção, descontinuidade, decretação de intervenção e/ou a não renovação do contrato de concessão para a exploração dos serviços de distribuição, transmissão ou geração de energia, conforme aplicável, pela Emissora, pela Garantidora e/ou pelas controladas, diretas ou indiretas, da Garantidora, que, isolada ou cumulativamente, representem impacto superior a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida consolidada da Garantidora, apurada e refletida no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada pelo auditor independente da Garantidora, disponível à época;

(jj) redução do patrimônio líquido consolidado da Garantidora, independente do objetivo, sem a prévia anuência de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(kk) não apresentação, pela Emissora, de balanço anual, auditado por empresa regularmente registrada na CVM, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício anterior;

(ll) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que resultem ou possam resultar, após subtraídos os valores provisionados para efeito de pagamento, em obrigação de pagamento para a Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(mm) declaração de nulidade da Fiança, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

(nn) destinação dos recursos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista

nesta Escritura;

(oo) autuações por órgãos governamentais, de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, que: (a) resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (b) possam, caso não sejam atribuído um valor, ter ou resultar, a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em um efeito material adverso nos negócios da Emissora ou na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações decorrentes da Emissão;

(pp) alienação de ativos operacionais, que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior a 5% (cinco por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: (a) investimentos na atividade produtiva da Emissora; (b) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade; ou (c) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado levando-se em conta o ativo da Emissora no exercício social anterior à alienação;

(qq) alteração adversa do estado econômico-financeiro da Emissora ou das Garantidora que, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, possa resultar em um Impacto Adverso Relevante;

(rr) não manutenção, pela Garantidora, dos índices financeiros indicados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados anualmente pelo Agente Fiduciário:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado com base nos demonstrativos consolidados da Garantidora, que deve ser de, pelo menos, 1,2 vezes; e
- (ii) Relação da Dívida Financeira Líquida Consolidada e do EBITDA, calculado com base nos demonstrativos consolidados da Garantidora, que deve ser de, no máximo, 4 vezes.

Onde:

"Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)" significa (A)/(B), sendo: (A) Geração de Caixa = (+) EBITDA; (-) Imposto de Renda; (-) Contribuição Social; (+/-) Variação da Necessidade de Capital de Giro (NCG). (B) Serviço da Dívida = (+) Amortização de Principal; (+) Pagamento de Juros.

Para fins deste item, entende-se por Amortização de Principal as parcelas efetivamente pagas no exercício, que impactem diretamente o saldo de caixa e que reduzam o endividamento. A apuração será realizada dívida por dívida.

"EBITDA" significa (+/-) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício; (+/-) Receita/despesa financeira líquida; (+) Provisão para IRPJ/CS; (+) Depreciações/amortizações/exaustões; (+/-) Outras Receitas/Despesas líquidas não operacionais; e (+/-) Perdas/Lucros resultante de equivalência patrimonial.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

“Dívida Financeira Líquida Consolidada” significa (a) o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Garantidora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como avais ou fianças prestadas pela Garantidora, exceto (i) fianças ou avais prestados em favor da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) a Fiança prestada nos termos da presente Escritura de Emissão; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e do diferencial por operações com derivativos;

“NCG” significa Ativo Circulante Cíclico (ACC) menos o Passivo Circulante Cíclico (PCC), sendo que na apuração do ACC, deve ser desconsiderado o saldo relacionado aos ativos financeiros de concessão (contas a receber vinculadas à concessão) contabilizado no ativo circulante da Garantidora.

7.1.1. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “f”, “g”, “h”, “m”, “n”, “q”, “u” e “mm” da Cláusula 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora e à Garantidora comunicação escrita informando tal acontecimento.


7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo. As Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.1.3. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 7.1.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo.

7.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura, quando for o caso, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário referida na Cláusula 7.1.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos nesta Escritura.


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079

7.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, bem como cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como: (i) declaração por meio de seu Diretor de Relação com Investidores ou por meio de seu Diretor Presidente, na forma do seu estatuto social, atestando, (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto; e (ii) relatório contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a apuração dos Índices Financeiros, devidamente calculados pela Emissora com base nos demonstrativos consolidados e auditados de cada exercício, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas bem como cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora, relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (a.3) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;
- (a.4) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

at

- (a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e/ou pela Garantidora, relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (a.6) informações, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive no referente à Cláusula 7.1, sem prejuízo do disposto na alínea "u" abaixo;
- (a.7) o organograma, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "l" da Cláusula 9.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM ou nos prazos em que esses atos societários tenham sido divulgados publicamente. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle no encerramento de cada exercício social; e
- (a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (b) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e a CETIP, além de tomar todas e quaisquer providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;
- (c) apresentar imediatamente ao mercado as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam do seu conhecimento e possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (e) submeter a exame, na forma da lei, de suas contas e balanços, bem como da Garantidora, à empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, bem como da Garantidora, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:
- (i) balanço patrimonial;
 - (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
 - (iii) demonstração do resultado do exercício;

- (iv) demonstraco de fluxo de caixa;
 - (v) parecer da auditoria externa; e
 - (vi) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente  matéria.
- (g) efetuar, tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuices que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, desde que sejam legalmente atribuídos à Emissora;
- (h) cumprir com todas as obrigações aplicáveis relacionadas à Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), inclusive com as disposices de seu artigo 48, naquilo que lhe for aplicável;
- (i) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela ANBIMA, quando aplicável;
- (j) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro; e
- (k) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura e na regulamentaco em vigor pertinente  matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentaco da CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposices da Instrução da CVM n 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações  negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2 da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
 - (viii) não realizar quaisquer outras Emissões de Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da Comunicação de Encerramento, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que também não atua, na data de assinatura da presente Escritura, como agente fiduciário em emissões de debêntures de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, exceto a) 1ª (primeira) emissão de debêntures da Copel

Distribuição S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.368.898/0001-06, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), sendo emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, com vencimento em 30 de outubro de 2017, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20.; b) 2ª (segunda) emissão de debêntures da ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., companhia fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.557.307/0001-49, no valor total de R\$ 203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais), sendo emitidas 20.300 (vinte mil e trezentas) debêntures, com vencimento em 26 de setembro de 2018, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20 e da PAINEIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.941.136/0001-45; e

- (m) que verificou a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo Índice Geral de Preços – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a serem corrigidas anualmente desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 9.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.3.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso estarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.3.6. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (e) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

9.4. Substituição

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário e não seja negociada, nos termos da Cláusula 9.4.2 acima, uma nova remuneração com a Emissora, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCERN.


Karlla Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

9.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.5. Deveres

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser devidamente justificada à Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (l.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (m.1) na sede da Emissora;
- (m.2) no seu escritório;
- (m.3) na CVM;
- (m.4) na CETIP; e
- (m.5) na sede do Coordenador Líder;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, após a subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, a Emissora e os Debenturistas expressamente autorizam o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (s) no caso de alteração do estatuto social da Emissora que objective mudar o objeto social da Emissora, de modo a alterar substancialmente as atividades praticadas pela Emissora e que venha comprovadamente a afetar a sua capacidade financeira, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;
- (t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (u) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou de seu *website* (www.cdinvest.com.br).

9.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos

quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou em cumprimento de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das deliberações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação, regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura ou decorrentes de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas.

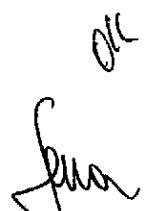
9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Fiança; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.6.1 acima.


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

9.7. Despesas

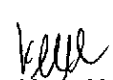
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, alimentação, transporte, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em

tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, pela Emissora, controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pela comunhão dos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 10.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como os pedidos de liberação de cumprimento de obrigações (*waivers*) deverão ser aprovados por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações (i) das disposições desta Cláusula 10.4.1, (ii) dos Juros Remuneratórios, (iii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura, (iv) do prazo de vigência das Debêntures, (v) da espécie das Debêntures, (vi) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo Total, (vii) da criação de evento de repactuação, (viii) das disposições relativas a Aquisição Facultativa, (ix) das Cláusulas que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de perdão temporário ou renúncia, (x) dos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura e/ou (xi) da Fiança deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.


10.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.


Karl'a Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem, individualmente, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures, à concessão da Fiança e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (c) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (d) os representantes legais da Emissora e da Garantidora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, prevista na Cláusula 4.2.2 acima, e as formas de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures foram estipuladas por livre vontade da Emissora;
- (g) a celebração, os termos e condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta Restrita (i) não infringem seus estatutos sociais; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (iii) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iv) não resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Garantidora; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não infringem qualquer disposição legal que a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (vi) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Garantidora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;

- (i) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (j) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora e/ou pela Garantidora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) possui, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, salvo se em processo de renovação; e
- (l) não é, nesta data, de conhecimento da Emissora e da Garantidora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e/ou na Garantidora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades. Adicionalmente, a Emissora e a Garantidora não têm conhecimento de descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, por parte da Emissora e/ou da Garantidora.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fazenda Boa Esperança, Estrada da Umburana, Zona Rural

CEP 59585-000 - São Miguel do Gostoso - RN

At.: Sr. Otto Armin Doetzer

Telefone: (41) 3331-4694

E-mail: otto@copel.com

Para a Garantidora:

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Rua Coronel Dulcídio, nº 800 - 3º andar

CEP 80.420-170 - Curitiba - PR

At.: Sr. Antonio Sergio de S. Guetter

Tel./Fax: (41) 3310-5115 / (41) 3331-3136

E-mail: antonio.guetter@copel.com

Para o Agente Fiduciário:

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua XV de Novembro, 270, cj. 601
80020-310 – Curitiba, Paraná
At.: Sr(a). Rogério Montefusco A. Pessoa
Tel./Fax: (41) 3014.1406 / (41) 3014.1400
E-mail: rogerio@cdinvest.com.br

**Para o Banco Liquidante:
ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha
CEP 04311-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

**Para o Escriturador Mandatário:
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações

assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.3.3. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

12.4. Independência das Disposições da Escritura

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica


12.5.1. Esta Escritura, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.6. Cômputo dos Prazos

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Irrevogabilidade; Sucessores

12.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Garantidora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.9. Correção de Valores

12.9.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, inclusive aquelas constantes da Cláusula VII acima, todos os valores de referência em reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

12.10. Lei Aplicável

12.10.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

12.11.1. Fica eleito o foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Curitiba, 28 de maio de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]


Karla Maria Martini
OAB/PR 33079


Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550





(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.)



Nome:
Cargo:

Edson Sardeto
Diretor Presidente

Nome:
Cargo:

Otto Armin Doetzer
Diretor Financeiro

Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079



Selo nº XJNhc 9mOG 2FszU. Controle: GYBMc.FNBD
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de **EDSON SARDETO** **OTTO ARMIN DOETZER**
"0039" F83B0143K-800772-87. Dou fé
Curitiba, 27 de maio de 2014, 08:47:45h
Em Teste da Verdade
Márcia Eliane Batista - Escrevente
Curitiba, 27 de maio de 2014, 08:47:45h



[Handwritten mark]

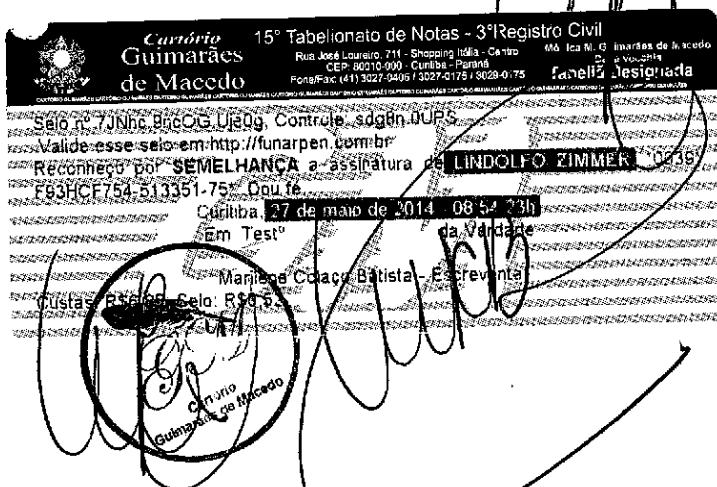
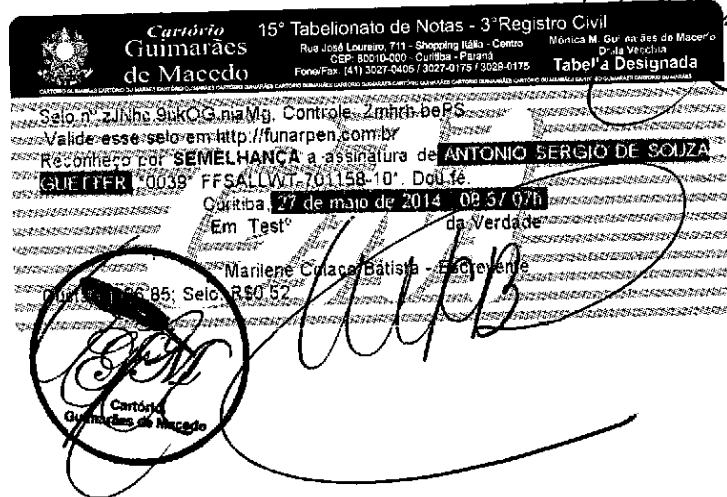
(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.)

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

Nome: Lindolfo Zimmer
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Antonio Sérgio S. Guetter
Cargo: Diretor de Finanças

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079



Paulo Sérgio Sena
OAB/PR 22550

LORE MOB

Cargo: ANTONIO PETXOTO CHEREM
Diretor Geral

Nome: Flora Jankelson Junior
CPF: 083.862.809-74 /

Nome: ELIAS VINOSKI
CPF: 202042300-63

Karla Maria Martini
OAB/PR 33079

